

PROCESSO DE PROMOÇÃO 2023 DAS CLASSES DE ESPECIALISTA AMBIENTAL - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEMIL.

EDITAL N.º 09/2025.

PROVA OBJETIVA.

CLASSE: ESPECIALISTA AMBIENTAL IV P/ ESPECIALISTA AMBIENTAL V.

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Não será permitido ao candidato realizar as provas usando óculos escuros, (exceto para correção visual, ou fotofobia, desde que informe no ato da inscrição), ou portando aparelhos eletrônicos, (mesmo desligados), celular, qualquer tipo de relógio, chaves, carteira, bolsa, acessórios que cubram o rosto, a cabeça, ou parte desta.
2. Será eliminado deste Concurso Público, o candidato que fizer uso do celular e/ou aparelho eletrônico, no local onde está ocorrendo o mesmo; o candidato cujo celular e/ou aparelho(s) eletrônico(s), mesmo desligado(s), emitir(em) qualquer som, durante a realização das provas. No decorrer de todo o tempo em que permanecer no local, onde ocorre o Concurso Público, o candidato deverá manter o celular desligado, sendo permitido ativá-lo, somente após ultrapassar o portão de saída do prédio.
3. **Sob pena de ser eliminado deste Concurso Público**, o candidato poderá manter em cima da sua carteira apenas lápis, borracha, caneta, um documento de identificação, lanche, (exceto líquido). **Outros pertences**, antes do início das provas, o candidato deverá acomodá-los **embaixo de sua cadeira**, sob sua guarda e responsabilidade.
4. Confira se sua prova tem **64 questões**, cada qual com **05 alternativas**.
5. Verifique seus dados no cartão-resposta, (nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu), **ASSINE** o mesmo.
6. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica, (tinta azul, ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, rasuradas, ou marcadas diferentemente, do modelo estabelecido no cartão-resposta, serão anuladas.
7. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
8. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem, confira-o com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova. Caberá apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
9. A Prova Objetiva terá duração máxima de **3h, (três horas)**, incluso o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
10. O candidato poderá retirar-se do local da prova somente **1h, (uma hora)**, após seu início, levando o caderno de prova.
11. Ao terminar sua prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido, assinado e retirar-se do recinto, onde está ocorrendo a mesma, não lhe sendo mais permitido o uso do banheiro e bebedouro.
12. Os **3, (três)**, candidatos que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, só poderão sair juntos, após o fechamento do envelope, contendo os cartões-respostas dos candidatos presentes e ausentes, assinarem no referido envelope, atestando que este foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

1. Nos termos do art. 23, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto:

- a) Explorar ou fomentar mediante concessão os minerais de interesse estratégico.
- b) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- c) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- d) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- e) Cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

2. Segundo o art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios, exceto:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Publicidade.
- d) Moralidade.
- e) Proporcionalidade.

3. À luz do art. 31, da Lei n.º 12.527/2011, está previsto que as informações pessoais a que se referem este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros, sem o consentimento expresso da pessoa, quando as informações forem necessárias, exceto:

- a) Ao interesse jornalístico na divulgação da informação.
- b) À defesa de direitos humanos.
- c) Ao cumprimento de ordem judicial.
- d) À proteção do interesse público e geral preponderante.
- e) À prevenção e ao diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, para utilização única, exclusivamente, ao tratamento médico.

4. De acordo com a Lei n.º 12.527, de 2011, identifique a alternativa incorreta.

- a) A informação pessoal é aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- b) É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- c) Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.
- d) Cabe aos órgãos e entidades do poder público darem publicidade às informações pessoais, garantindo-se sua disponibilidade a todos os eventuais interessados.
- e) A informação sigilosa é aquela submetida, temporariamente, à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

5. Considerando-se o art. 11, da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968, atualizada pela Lei Complementar n.º 1.437, de 23 de dezembro de 2025, assinale a alternativa que não represente, corretamente, uma forma de provimento efetivo de cargo público.

- a) Readmissão.
- b) Nomeação.
- c) Contratação.
- d) Reintegração.
- e) Reversão.

6. Conforme descrito no art. 241, da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968, atualizada pela Lei Complementar n.º 1.437, de 23 de dezembro de 2025, são deveres do funcionário, exceto:

- a) Representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções.
- b) Apresentar-se, convenientemente, trajado em serviço ou com uniforme determinado, quando for o caso.
- c) Guardar sigilo sobre os assuntos da repartição, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências.
- d) Cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais.
- e) Fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Governo, por si ou como representante de outrem.

7. Em conformidade com o art. 9º, da Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, o proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular, ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sistema de Informações Ambientais, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental. Em relação à servidão ambiental, é incorreto afirmar que:

- a) A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- b) O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado na matrícula do imóvel.
- c) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.
- d) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de um ano.
- e) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.

8. Nos termos da Lei Estadual que trata da Política Estadual do Meio Ambiente, a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento no órgão estadual competente, integrante do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis. Em relação a esse processo de licenciamento e suas etapas, analise as afirmações e assinale a

correta.

- a) O EIA/RIMA será coordenado por técnicos habilitados da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em conjunto com especialistas da empresa interessada, sendo obrigatório registrar o Termo de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional da referida categoria profissional.
- b) Caso seja verificado o início das atividades de implantação e operação do empreendimento, antes da expedição das respectivas licenças necessárias, os dirigentes dos órgãos responsáveis pela expedição do licenciamento deverão implementar medidas administrativas de interdição, de embargo e outras providências cautelares, bem como comunicar, imediatamente, ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, além de informar o fato às entidades financiadoras do projeto.
- c) O poder público expedirá a Licença de Instalação na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos na fase de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais e federais de uso do solo e desenvolvimento.
- d) Cabe ao poder público a expedição da Licença Prévia, autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças de Instalação e de Operação.
- e) O poder público expedirá a Licença de Operação, autorizando o início da operação de implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.

9. Referindo-se ao prazo prescricional para o exercício da pretensão punitiva da Administração Pública, no âmbito do procedimento previsto no Decreto Estadual n.º 64.456/2019, é correto afirmar:

- a) A Administração dispõe do prazo de cinco anos, contado da lavratura do auto de infração, para aplicar a penalidade administrativa.
- b) Infrações ambientais não se submetem à prescrição administrativa.
- c) O prazo prescricional tem início com a ciência do autuado.
- d) O prazo prescricional é suspenso, automaticamente, com a apresentação de defesa.
- e) A prescrição somente se inicia após o julgamento da defesa administrativa.

10. Em relação às multas aplicadas no procedimento administrativo ambiental estadual, conforme o Decreto n.º 64.456/2019, podemos afirmar:

- a) Admite-se o parcelamento da multa, inclusive em múltiplas parcelas, quando ajustado no âmbito do Atendimento Ambiental.
- b) O pagamento da multa exonera o infrator da obrigação de reparar o dano ambiental.
- c) O inadimplemento da multa não gera repercussões no âmbito administrativo.
- d) O parcelamento da multa depende, exclusivamente, de autorização judicial.
- e) A multa administrativa não sofre atualização monetária.

11. Nos termos da Resolução SIMA n.º 05/2021, a reincidência administrativa ambiental é caracterizada quando o infrator:

- a) Pratica mais de uma infração ambiental no mesmo ato fiscalizatório.
- b) Permanece em situação irregular antes do julgamento do auto.
- c) Descumpre orientação técnica do órgão ambiental.

- d) Comete nova infração ambiental ,após decisão administrativa definitiva, referente à infração anterior.
- e) É autuado por infração diversa da anteriormente cometida.

12. O regime de atualização e exigibilidade das multas administrativas ambientais, conforme disciplinado pela Resolução SIMA n.º 05/2021 e alterações posteriores, fundamenta-se no entendimento:

- a) O valor da multa permanece fixo após a lavratura do auto.
- b) A multa perde exigibilidade com o decurso do processo administrativo.
- c) A exigência da multa está condicionada à celebração de termo de compromisso.
- d) A atualização monetária depende de provocação judicial.
- e) A multa constitui obrigação pecuniária sujeita à atualização monetária até seu efetivo pagamento.

13. Nos termos do art. 69, do Código Florestal, a inserção de informações falsas, enganosas ou omissas em sistemas oficiais de controle ambiental:

- a) Afasta a responsabilização do declarante de boa-fé.
- b) Possui relevância exclusivamente civil.
- c) Depende de comprovação de dano ambiental efetivo.
- d) Gera apenas advertência administrativa.
- e) Caracteriza infração administrativa, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis.

14. A disciplina normativa dos arts. 35 a 38, da Lei n.º 12.651/2012, reflete o entendimento de que a regularidade ambiental da atividade florestal:

- a) É irrelevante após a industrialização do produto.
- b) Abrange todas as etapas da cadeia produtiva, desde a origem até a circulação do produto.
- c) Limita-se à fase de extração da matéria-prima.
- d) Encerra-se com a emissão do primeiro documento fiscal.
- e) Transfere-se integralmente ao consumidor final.

15. A Resolução SMA n.º 92/2018 prevê a articulação entre órgãos e entidades ambientais no âmbito do Projeto MAIS, a partir do reconhecimento de que o monitoramento por imagens de satélite:

- a) Possui dados de uso restrito, vedado o compartilhamento entre entes públicos.
- b) Condiciona o intercâmbio de informações à autorização judicial prévia.
- c) Limita-se à cooperação com órgãos ambientais federais.
- d) Exige atuação isolada de cada órgão, em razão da autonomia técnica de suas competências.
- e) Depende do compartilhamento e da integração de informações geoespaciais para ampliar a eficiência e a efetividade do controle ambiental.

16. A incorporação do monitoramento ambiental por imagens de satélite à política ambiental estadual, conforme disciplinado pela Resolução SMA n.º 92/2018, reflete uma mudança de paradigma na atuação administrativa, na medida em que:

- a) Afasta a necessidade de fiscalização ambiental baseada em critérios técnicos.
- b) Condiciona a atuação estatal à comprovação de dano ambiental irreversível.
- c) Restringe o controle ambiental à análise estatística de dados históricos.

- d) Consolida o uso da Tecnologia como ferramenta estratégica de prevenção, detecção antecipada e resposta qualificada a possíveis ilícitos ambientais.
- e) Reforça a atuação, exclusivamente, repressiva do poder público após a ocorrência do dano.

BIODIVERSIDADE.

17. A Lei n.º 9.985/2000 prevê a possibilidade de imposição de limitações administrativas provisórias com vistas à criação de unidades de conservação, como forma de prevenir danos ambientais relevantes. À luz do disposto no art. 22-A, do SNUC, assinale a alternativa correta.

- a) O Poder Público pode impor limitações administrativas provisórias para viabilizar estudos destinados à criação de unidade de conservação, desde que haja risco de dano grave aos recursos naturais, observadas as atividades econômicas em andamento e o prazo legal máximo.
- b) As limitações administrativas provisórias podem ser mantidas por prazo indeterminado, enquanto perdurar o interesse ambiental do órgão competente.
- c) A imposição de limitações administrativas provisórias depende de prévia criação formal da unidade de conservação correspondente.
- d) Durante a vigência das limitações administrativas, são permitidas atividades de supressão total da vegetação nativa, desde que autorizadas pelo órgão ambiental.
- e) As limitações administrativas provisórias implicam a imediata conversão da área em unidade de conservação de proteção integral.

18. Nos termos da Lei n.º 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, (SNUC), são estabelecidas regras específicas sobre a delimitação territorial das unidades de conservação, a instituição de zonas de amortecimento e a gestão integrada de áreas protegidas. Considerando-se essas disposições legais, assinale a alternativa verdadeira.

- a) O subsolo e o espaço aéreo jamais integram os limites das unidades de conservação, por se tratarem de bens dissociados da superfície territorial.
- b) Todas as categorias de unidades de conservação, sem exceção, são obrigadas a possuírem zona de amortecimento e corredores ecológicos, previamente, definidos no ato de criação.
- c) O subsolo e o espaço aéreo podem integrar os limites de uma unidade de conservação, quando forem relevantes para a estabilidade do ecossistema, salvo exceções legais, essas unidades devem dispor de zona de amortecimento, cujas normas de uso são definidas pelo órgão gestor.
- d) As normas de ocupação e uso da zona de amortecimento são fixadas, exclusivamente, por lei específica, sendo vedada regulamentação pelo órgão administrador.
- e) A existência de mosaico de unidades de conservação impõe a unificação dos objetivos de conservação, independentemente das categorias envolvidas.

19. A Lei n.º 9.985/2000 disciplina instrumentos de planejamento, gestão e proteção das unidades de conservação, incluindo Plano de Manejo, conselhos, gestão compartilhada e restrições ao uso dos recursos naturais. Em vista dessas disposições, assinale a alternativa correta.

- a) As unidades de conservação do grupo de Proteção Integral possuem conselhos

deliberativos com poder decisório sobre o uso dos recursos naturais.

b) A gestão das unidades de conservação é exclusiva do Poder Público, sendo vedada qualquer forma de parceria com entidades da sociedade civil.

c) A introdução de espécies exóticas é vedada apenas nas unidades de Proteção Integral, sendo livre nas demais categorias do SNUC.

d) O Plano de Manejo é obrigatório para todas as unidades de conservação, deve ser elaborado em prazo determinado a partir da criação da unidade e orienta as atividades permitidas, inclusive enquanto não elaborado, especialmente, nas unidades de proteção integral.

e) A inexistência de Plano de Manejo autoriza a realização de quaisquer atividades econômicas nas unidades de conservação, desde que não haja dano ambiental comprovado.

20. Em conformidade com a Lei Estadual n.º 13.550/2009, no que se refere à utilização de remanescentes de vegetação do Bioma Cerrado para fins de compensação de reserva legal, marque a alternativa correta.

a) Os remanescentes cuja supressão seja vedada pela lei e que excedam o percentual destinado à reserva legal do imóvel, poderão ser utilizados para compensar a reserva legal de outros imóveis, observadas as regras da legislação federal pertinentes.

b) Os remanescentes de vegetação somente poderão ser utilizados para compensação de reserva legal, quando localizados no mesmo imóvel e na mesma matrícula imobiliária.

c) A utilização de remanescentes para compensação de reserva legal depende de autorização municipal específica, independente das normas previstas na legislação federal.

d) A compensação de reserva legal com remanescentes excedentes é vedada quando a supressão da vegetação for proibida pela legislação estadual.

e) A compensação de reserva legal com remanescentes do Bioma Cerrado é admitida apenas quando se tratar de vegetação em estágio inicial de regeneração.

21. Nos termos da Resolução SMA n.º 32/2014, considerando os arts. 7º e 8º, que disciplinam o Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica, (SARE) e as etapas dos Projetos de Restauração Ecológica, indique a alternativa correta.

a) Os Projetos de Restauração Ecológica devem ser cadastrados e atualizados no SARE pelo restaurador, seguindo etapas sequenciais que vão do diagnóstico da área até à conclusão do projeto.

b) As informações inseridas no SARE são de responsabilidade exclusiva do órgão ambiental validador, cabendo ao restaurador apenas a execução das ações previstas.

c) O cadastro do projeto no SARE independe da inscrição válida do imóvel no SiCAR-SP, desde que haja compromisso formal de regularização futura.

d) O cadastramento no SARE é facultativo e restrito aos projetos financiados com recursos públicos estaduais, conforme decisão do órgão ambiental competente.

e) A validação do projeto impede a realização de vistorias posteriores, salvo nos casos de descumprimento comprovado das metas de recomposição.

22. De acordo com o Decreto Estadual n.º 66.549/2022, que institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PEPSA e regula o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PPSA, especialmente os arts. 11 a 16, sobre participação de provedores, vedações e fontes de financiamento,

aponte a alternativa verdadeira.

- a) A participação não exige comprovação de regularidade fundiária nem cumprimento ambiental, ficando a critério do Estado selecionar os beneficiários.
- b) Qualquer pessoa física ou jurídica pode participar, independentemente, da regularidade do imóvel e recursos públicos podem ser usados sem restrições legais.
- c) Os Projetos de PSA só podem ser financiados com recursos próprios dos órgãos executores, sem uso de fundos, doações ou contribuições voluntárias.
- d) A participação de provedores depende da regularidade do imóvel ou de Termo de Compromisso de Adequação Ambiental; recursos públicos só são liberados para quem cumpre esses requisitos; os Projetos de PSA podem ser financiados por dotações, fundos, doações, empréstimos e contribuições voluntárias.
- e) Recursos públicos podem ser destinados a pessoas inadimplentes ou áreas embargadas, desde que apresentem proposta de PSA.

23. Considerando-se o art. 4º, da Lei Federal n.º 12.651/2012, que trata das Áreas de Preservação Permanente, assinale a alternativa correta.

- a) São consideradas Áreas de Preservação Permanente em zonas rurais ou urbanas, as faixas marginais de cursos d'água naturais, perenes ou intermitentes, medidas a partir da borda da calha do leito regular, em larguras mínimas definidas em lei.
- b) As áreas no entorno de nascentes deixam de ser consideradas Áreas de Preservação Permanente quando inseridas em áreas urbanas consolidadas.
- c) A caracterização de Área de Preservação Permanente exige prévia declaração formal do órgão ambiental competente para produzir efeitos legais.
- d) As Áreas de Preservação Permanente aplicam-se, exclusivamente, a cursos d'água perenes situados em imóveis localizados na zona rural do Território Nacional.
- e) A delimitação das Áreas de Preservação Permanente depende, exclusivamente, de legislação municipal específica, sem observância de parâmetros federais.

24. De acordo com a Lei n.º 11.428/2006, a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica devem observar objetivos e princípios orientadores específicos. Considerando-se esse regime jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) O estímulo à pesquisa e à difusão de tecnologias de manejo sustentável não integra os objetivos do Regime Jurídico do Bioma Mata Atlântica, restringindo-se a políticas setoriais específicas.
- b) A disciplina da ocupação rural e urbana é matéria estranha ao Regime Jurídico do Bioma Mata Atlântica, competindo apenas à legislação urbanística.
- c) A proteção do Bioma Mata Atlântica prioriza, exclusivamente, a conservação ambiental, afastando considerações sociais, econômicas e culturais.
- d) Os princípios aplicáveis ao Bioma Mata Atlântica excluem o respeito ao direito de propriedade, em razão da supremacia do interesse ambiental.
- e) O Regime Jurídico do Bioma Mata Atlântica tem como objetivo geral o desenvolvimento sustentável, orientando-se por princípios como a função socioambiental da propriedade, a equidade intergeracional, a prevenção e a precaução.

USO E MANEJO DA FAUNA SILVESTRE.

25. De acordo com a Instrução Normativa IBAMA n.º 10, de 19 de setembro de 2011, o criador deverá declarar no SisPass o nascimento dos filhotes. O anilhamento dos

filhotes deve ser efetuado em até quantos dias após o nascimento?

- a) 08 dias.
- b) 07 dias.
- c) 09 dias.
- d) 05 dias.
- e) 06 dias.

26. Segundo a Instrução Normativa IBAMA n.º 10, de 19 de setembro de 2011, é proibido o cruzamento ou manipulação genética para criação de:

- a) Pássaro não inscrito no SisPass.
- b) Pássaro com idade declarada no sistema inferior a 10 meses, salvo casos solicitados e comprovados.
- c) Espécies do Anexo II, da presente Instrução Normativa.
- d) Pássaros sem prévio requerimento de anilhas.
- e) Híbridos inter-específicos.

27. Conforme a Resolução CONAMA n.º 489, de 26 de outubro de 2018, o empreendedor, durante todo o período de operação do empreendimento, é responsável pela manutenção do plantel, observando os aspectos sanitários, reprodutivos, nutricionais, comportamentais e de bem-estar animal. Nos casos de encerramento das atividades o que acontece?

- a) O empreendedor deixará de ser o responsável pela manutenção do plantel, conforme aprovado pelo órgão ambiental competente que não exige um plano de desmobilização.
- b) O empreendedor continuará responsável pela manutenção do plantel independente do encerramento, conforme aprovado pelo órgão ambiental competente que poderá exigir um plano de desmobilização.
- c) O empreendedor continuará responsável pela manutenção do plantel, até que promova a sua destinação final, conforme aprovado pelo órgão ambiental competente que poderá exigir um plano de desmobilização.
- d) O empreendedor continuará responsável pela manutenção do plantel mesmo depois de promover a sua destinação final, conforme aprovado pelo órgão ambiental competente que poderá exigir um plano de desmobilização.
- e) O empreendedor fica responsável pelo encaminhamento dos animais para o zoológico de destino, sem necessidade de aprovação de órgão.

28. Ainda de acordo com a Resolução CONAMA n.º 489, de 26 de outubro de 2018, quando é facultado ao órgão ambiental competente a sua retirada da posse do empreendimento?

- a) Mediante a necessidade da utilização de indivíduo, para conservação de espécie.
- b) Mediante decisão fundamentada, que comprove a necessidade da utilização de indivíduo para conservação de espécie ameaçada de extinção.
- c) Mediante decisão fundamentada, que comprove a necessidade da utilização de indivíduo para conservação de espécie em maus tratos.
- d) Mediante decisão para estudo de espécie ameaçada de extinção.
- e) Mediante decisão fundamentada ou não, que comprove ou não a necessidade da utilização de indivíduo para conservação de espécie ameaçada de extinção.

29. A luz da Resolução SEMIL n.º 09/2025, em seu art.27, fica proibido a implantação e manutenção de criadouros comerciais de qual espécie?

- a) Coala-australiano.
- b) Javali-africano.
- c) Javali-europeu.
- d) Leão-africano.
- e) Arara-mexicana.

30. O art.28, da Resolução SEMIL n.º 09/2025, proíbe a implantação de quais criadouros e estabelecimentos?

- a) Comerciais, de espécies domésticas, visando a salvaguarda da biodiversidade do Estado de São Paulo.
- b) Comerciais, de espécies em risco de extinção, visando a salvaguarda da biodiversidade do Estado de São Paulo.
- c) Comerciais, de espécies africanas, visando a salvaguarda da biodiversidade do Estado de São Paulo.
- d) Comerciais, de espécies exóticas com potencial de invasão, visando a salvaguarda da biodiversidade do Estado de São Paulo.
- e) Comerciais, de espécies em risco de extinção.

31. Nos termos do art.7º, da Resolução SIMA n.º 115, de 21 de dezembro de 2022, para análise Autorização de Manejo in Situ para fins de controle populacional, deverão ser considerados:

- a) O descarte em campo de espécimes silvestres ou exóticos encontrados mortos ou coletados, salvo quando previsto expressamente na autorização.
- b) Documentos e informações emitidos pelos órgãos públicos de saúde, agricultura ou meio ambiente, atestando o prejuízo e/ou risco causado pela população da espécie silvestre ou exótica.
- c) A realização de estudos ou manejo de fauna silvestre ou exótica com a finalidade estritamente científica.
- d) A entrada em áreas particulares ou Unidades de Conservação, (UCs), sem o consentimento prévio dos proprietários ou gestores
- e) Coleta de material biológico que autoriza a obtenção de espécime da fauna ou parte deste, seja pela remoção do indivíduo do seu habitat natural, seja pela colheita de amostras biológicas, para realização de exames laboratoriais ou outros que justifiquem o controle populacional de espécie alvo, bem como aproveitamento científico, monitoramento e vigilância epidemiológica.

32. Considerando-se a Resolução Conjunta SEMIL/SES n.º 01, de 26 de junho de 2023, para áreas classificadas como Infestada, o que deverá ser recomendado?

- a) O manejo das capivaras separando as contaminadas das saudáveis.
- b) O isolamento das capivaras.
- c) O extermínio de material contaminado.
- d) O manejo das capivaras priorizando a finalidade de coleta de material biológico, nas situações previstas para a classificação ou reclassificação de áreas.
- e) O abate das capivaras priorizando a extinção de material biológico, nas situações previstas para a classificação ou reclassificação de áreas.

33. Segundo o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Educação Ambiental está diretamente relacionada à democratização dos meios de comunicação de massa, entendidos como um direito fundamental da sociedade. Com base no Princípio 14 do documento, assinale a alternativa que melhor represente o papel da comunicação no processo educativo ambiental.

- a) Centralizar a produção das informações ambientais em instâncias governamentais, reduzindo a diversidade de vozes e perspectivas.
- b) Empregar os meios de comunicação apenas para campanhas informativas pontuais, sem estimular a participação social ou o diálogo.
- c) Utilizar os meios de comunicação como instrumentos de educação, garantindo o acesso igualitário à informação e promovendo a troca de experiências, saberes e valores entre diferentes grupos sociais.
- d) Direcionar os conteúdos veiculados aos interesses econômicos dominantes, desde que incluam temas ambientais de forma genérica.
- e) Restringir a divulgação de informações ambientais a conteúdos técnicos, voltados, prioritariamente, a especialistas e instituições acadêmicas.

34. Conforme o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Educação Ambiental deve estimular a cooperação e o diálogo entre pessoas e instituições, com o objetivo de contribuir para a construção de formas de vida mais justas. Tendo em vista o Princípio 13 do documento, assinale a alternativa que melhor expressa essa proposta.

- a) Valorizar ações individuais como principal estratégia de transformação social, ainda que não considerem as desigualdades existentes.
- b) Atender, prioritariamente, às demandas dos grupos majoritários, visando maior eficiência na aplicação de recursos.
- c) Incentivar o diálogo e a cooperação como bases para a organização social, buscando atender às necessidades básicas de toda a população, sem distinções de origem étnica, condições físicas, gênero, idade, religião ou classe social.
- d) Priorizar a competitividade entre instituições como forma de promover o desenvolvimento econômico.
- e) Direcionar as políticas educativas a grupos específicos, mesmo que isso reforce desigualdades sociais.

35. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no caput do art. 225, da Constituição Federal, exige a adoção de instrumentos capazes de garanti-lo. Entre esses instrumentos, destaca-se a Educação Ambiental, conforme o §1º, inciso VI. Referente a isso, indique a alternativa correta.

- a) A Constituição limita a Educação Ambiental à formação das novas gerações, sem exigir sua aplicação no presente.
- b) O texto constitucional atribui, exclusivamente, às instituições de ensino a responsabilidade pela Educação Ambiental.
- c) A Educação Ambiental possui natureza meramente pedagógica, sem relação direta com a proteção ambiental.
- d) A Educação Ambiental é reconhecida, constitucionalmente, como instrumento de

efetivação do direito ambiental, devendo alcançar toda a sociedade e todos os níveis de ensino.

e) A Educação Ambiental é voltada, prioritariamente, à prevenção de danos ambientais por meio da fiscalização estatal.

36. O Programa Nacional de Educação Ambiental, (ProNEA), orienta-se pela perspectiva da sustentabilidade ambiental e reconhece a Educação Ambiental como ação prioritária e permanente na construção de um país socialmente justo. Tendo em vista o disposto no ProNEA, assinale a alternativa que corresponda, corretamente, a uma de suas diretrizes estabelecidas.

- a) Desvinculação do Sistema de Ensino com a interface socioambiental.
- b) Incentivo ao Consumismo Moderno.
- c) Participação Restrita ao Poder Público.
- d) Centralização Espacial e Institucional.
- e) Transversalidade e Interdisciplinaridade.

37. Durante a elaboração de um programa estadual voltado à Educação Ambiental, optou-se por integrar ações educativas a diferentes políticas públicas setoriais, de modo a ampliar sua eficácia e promover uma abordagem transversal dos problemas socioambientais. Considerando-se os objetivos da Educação Ambiental, estabelecidos na Lei n.º 12.780/2007, assinale a alternativa que apresente consonância com essa diretriz.

- a) A desvinculação da Educação Ambiental de políticas públicas estruturantes, preservando seu caráter meramente informativo.
- b) A limitação da Educação Ambiental aos espaços escolares e às unidades de conservação ambiental.
- c) A articulação da Educação Ambiental com políticas e programas de gestão ambiental, planejamento urbano, saneamento, recursos hídricos, mudanças climáticas e atividades produtivas, reconhecendo sua natureza intersetorial.
- d) A concentração das ações educativas em campanhas pontuais, voltadas, exclusivamente, à sensibilização da população.
- e) A vinculação da Educação Ambiental apenas a programas de preservação ambiental, sem diálogo com políticas de desenvolvimento.

38. Marque a alternativa correta, referente ao Plano Estratégico de Implementação do ProEEA, previsto no Decreto n.º 69.581/2025, que organiza-se a partir de eixos estruturantes que orientam a incorporação da Educação Ambiental em diferentes contextos.

- a) Restrição da Educação Ambiental ao âmbito da gestão pública ambiental, sem articulação com os sistemas de ensino.
- b) Desenvolvimento da Educação Ambiental de forma isolada, sem integração com políticas públicas ou participação social.
- c) Incorporação da Educação Ambiental no Ensino Formal, no Ensino Não Formal, na gestão pública, para indivíduos, coletivos e setores da sociedade.
- d) Aplicação da Educação Ambiental apenas em programas escolares obrigatórios, excluindo espaços não formais.
- e) Centralização das ações de Educação Ambiental, exclusivamente, em órgãos governamentais estaduais..

39. A Resolução SMA n.º 187/2018 estabelece as diversas linhas de atuação para ações de Educação Ambiental no Sistema Ambiental Paulista. Assinale a alternativa que apresente uma dessas linhas de atuação conforme o art. 1º da norma.

- a) Estabelecimento de penalidades administrativas em caso de infrações ambientais.
- b) Realização de licitações públicas para financiamento de associações ambientais.
- c) Criação de planejamento urbano desvinculado das políticas ambientais.
- d) Indução de políticas públicas em meio ambiente nos municípios.
- e) Gestão de unidades de conservação, sem participação social.

40. A Lei n.º 9.795/1999 define a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece o conceito e a finalidade da Educação Ambiental no Brasil. Tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 2º da referida lei, assinale a alternativa verdadeira.

- a) A Educação Ambiental é compreendida como um processo por meio do qual indivíduos e coletividades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida.
- b) A Política Nacional de Educação Ambiental restringe-se à formação de estudantes da Educação Básica, cabendo às demais esferas sociais papel secundário.
- c) A Política Nacional de Educação Ambiental estabelece caráter temporário às ações educativas, condicionando sua continuidade à disponibilidade orçamentária.
- d) A Educação Ambiental consiste em conjunto de ações educativas voltadas, exclusivamente, à preservação dos recursos naturais, sem articulação com dimensões sociais, econômicas ou culturais.
- e) A Educação Ambiental tem como finalidade principal a difusão de informações técnicas sobre meio ambiente, prescindindo da formação de valores e atitudes.

PLANEJAMENTO AMBIENTAL.

41. Considerando o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo, (ZEE-SP). Qual é o principal objetivo desse instrumento de planejamento?

- a) Definir, exclusivamente, áreas de expansão urbana no Estado.
- b) Promover o desenvolvimento sustentável a partir da exploração controlada dos recursos naturais.
- c) Regulamentar apenas o uso de recursos hídricos em Regiões Metropolitanas.
- d) Estabelecer diretrizes de ordenamento e gestão do território considerando potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas.
- e) Criar incentivos fiscais para empresas que atuam em áreas de preservação permanente.

42. Dentre as alternativas apresentadas, qual destas é um dos objetivos específicos do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado de São Paulo?

- a) Restringir o acesso público às praias para fins de preservação ambiental.
- b) Transferir toda a competência para o planejamento e gestão costeira, exclusivamente, para o Governo Federal.
- c) Priorizar o desenvolvimento econômico industrial em detrimento de atividades tradicionais.
- d) Regulamentar a instalação e operação de empresas dedicadas à exploração dos recursos costeiros.

e) Controle do uso e ocupação do solo, visando erradicar a exploração predatória dos recursos naturais.

43. De acordo com a abordagem metodológica apresentada no Relatório De Qualidade Ambiental, (RQA), uma de suas características centrais é:

- a) A integração de diferentes dimensões (como água, ar e solo) para uma visão holística do território.
- b) A desconsideração de aspectos sociais e culturais na análise territorial, limitando-se apenas a variáveis físicas.
- c) A priorização de indicadores econômicos sobre os ecológicos para avaliação ambiental.
- d) A utilização de uma única ferramenta de coleta de dados para todas as variáveis ambientais.
- e) O foco exclusivo em dados produzidos por órgãos estaduais, excluindo fontes municipais e federais.

44. A Nota Técnica introdutória da Rede ZEE-SP, (2022), apresenta objetivos específicos para a rede. Assinale a alternativa que apresente um objetivo correto, conforme explicitado nessa seção do documento.

- a) Centralizar e assumir a competência legal para o licenciamento ambiental de todas as atividades econômicas no mar.
- b) Substituir, integralmente, os planos de zoneamento ambiental costeiro já existentes nos Municípios Litorâneos.
- c) Servir como subsídio para a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico, (ZEE), costeiro e marinho do Estado de São Paulo.
- d) Estabelecer normas obrigatórias de ocupação urbana em todas as cidades do Estado de São Paulo.
- e) Definir e delimitar, de forma definitiva, as áreas para exploração de recursos minerais na Plataforma Continental.

45. O Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática, (PEARC), de São Paulo, destaca-se pelo amplo processo de participação social em sua elaboração. Sobre esse processo, é correto afirmar que:

- a) O processo de participação social restringiu-se, apenas, a representantes do setor privado, sem envolvimento de comunidades locais ou organizações da sociedade civil.
- b) O plano foi desenvolvido, internamente, pelo governo estadual, sem abertura para consulta pública.
- c) A consulta pública foi realizada, exclusivamente, por meio digital, sem a realização de eventos presenciais.
- d) As contribuições da sociedade civil foram majoritariamente rejeitadas, com menos de 30% sendo incorporadas.
- e) Foram recebidas centenas de contribuições em rodas de conversa e eventos, com a maioria sendo incorporada ao documento final.

46. De acordo com a estrutura do Programa Município Verde Azul, (PMVA), qual o objetivo da implementação do programa?

- a) Criar um ranking de municípios, baseado, apenas, em indicadores econômicos, sem considerar aspectos ambientais ou sociais.
- b) Garantir repasse automático de recursos financeiros aos municípios, independente de

ações ambientais realizadas.

c) Substituir a atuação dos órgãos estaduais de fiscalização ambiental, transferindo toda a responsabilidade para as prefeituras.

d) Promover, exclusivamente, o turismo ecológico em municípios do interior paulista, sem relação com políticas públicas.

e) Estimular e auxiliar as prefeituras municipais na elaboração e execução de políticas públicas estratégicas locais, visando o desenvolvimento sustentável no Estado de São Paulo.

47. Os dados apresentados no Relatório de Qualidade Ambiental, no âmbito do desenvolvimento e operação do Sistema Ambiental Paulista DataGEO, demonstram que a plataforma:

a) Opera, apenas, em ambiente offline, sem disponibilização de acesso via internet.

b) Substituiu, integralmente, os relatórios tradicionais impressos, como o Relatório de Qualidade Ambiental, (RQA).

c) Possui um número fixo de camadas de dados, definido desde sua criação para garantir consistência.

d) Tem como principal usuário o Ministério Público, utilizando-a, exclusivamente, para fiscalização ambiental.

e) Tornou-se uma ferramenta essencial de transparência e apoio à tomada de decisão, registrando milhões de requisições mensais.

48. A Rede ZEE-SP, caracteriza-se como uma iniciativa que visa à gestão do Território Paulista. Essa gestão deve orientar-se pelo princípio da:

a) Centralidade do processo decisório, apenas às autoridades governamentais, limitando assim a participação popular.

b) Restrição de acesso à informação para proteger dados sensíveis relacionados à soberania nacional.

c) Gestão integrada, considerando a conectividade dos ecossistemas e a multissetorialidade dos usos.

d) Prevalência do conhecimento tradicional em detrimento do técnico-científico para a resolução de conflitos.

e) Exploração econômica máxima, assegurando a primazia dos interesses dos setores produtivos estabelecidos.

RECURSOS HÍDRICOS.

49. A Política Estadual de Recursos Hídricos prevê instrumentos econômicos voltados à gestão eficiente da água, buscando induzir o uso racional e a redução de impactos sobre os corpos hídricos. Levando-se em conta o disposto no art. 14, da Lei n.º 7.663/1991, qual alternativa é verdadeira?

a) A cobrança pelo uso da água restringe-se ao consumo para abastecimento público, não se aplicando aos demais usos.

b) A cobrança pelo uso dos recursos hídricos leva em conta, entre outros critérios, a classe de uso do corpo d'água, a disponibilidade hídrica e as características da captação, derivação ou lançamento de efluentes.

c) Os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água não guardam relação com as ações de planejamento e gestão hídrica.

- d) O lançamento de efluentes em corpos d'água é isento de cobrança, desde que autorizado por órgão ambiental competente.
- e) A lei fixa valores únicos para a cobrança pelo uso da água, independentemente, das condições ambientais da bacia hidrográfica.

50. A Política Nacional de Recursos Hídricos instituiu um sistema de gerenciamento que articula entes federativos e instâncias colegiadas, com competências definidas em lei. Com base nos arts. 25 a 27, da Lei n.º 9.433/1997, marque a alternativa correta.

- a) A gestão dos recursos hídricos é centralizada na União, cabendo aos Estados apenas funções executivas.
- b) Os Comitês de Bacia Hidrográfica somente integram o sistema quando instituídos por ato do Poder Executivo Federal.
- c) As Agências de Água exercem atribuições deliberativas, substituindo os Comitês de Bacia nas decisões do sistema.
- d) O Conselho Nacional de Recursos Hídricos atua de forma independente, não integrando o Sistema Nacional.
- e) O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é integrado por órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de Comitês de Bacia e Agências de Água.

51. Ao analisar projetos a serem financiados com recursos destinados à bacia hidrográfica, o Comitê de Bacia utiliza subsídios técnicos produzidos pela respectiva Agência de Bacia. Em consonância com o art. 4º, da Lei n.º 10.020/1998, podemos afirmar que é correta a alternativa:

- a) O Comitê de Bacia delibera sobre os investimentos com base em estudos próprios, podendo a Agência atuar apenas como instância de apoio operacional.
- b) A análise dos pedidos de investimento ocorre no âmbito do FEHIDRO, sendo a participação da Agência restrita à execução dos projetos aprovados.
- c) Os pareceres técnico-financeiros são elaborados de forma conjunta entre Comitê e Agência, sem definição legal de atribuições específicas.
- d) Incumbe à Agência analisar, sob os aspectos técnico e financeiro, os pedidos de investimento, observando critérios e prioridades definidos pelo Comitê de Bacia.
- e) A Agência pode emitir avaliações técnicas sobre projetos, cabendo a análise financeira a instâncias externas ao sistema de gerenciamento.

52. No processo de fio de governança do FEHIDRO, várias instâncias e agentes exercem papéis específicos na avaliação, acompanhamento e controle de projetos que pleiteiam financiamento. Segundo os arts. 6º a 9º, do Decreto n.º 48.896/2004, conforme alterado, a alternativa correta é:

- a) Os agentes técnicos atuam apenas como consultores eventuais, sem atribuição formal para fiscalizar a execução dos empreendimentos financiados ou emitir relatórios técnicos conclusivos.
- b) Ao agente financeiro compete estabelecer procedimentos econômico-financeiros para análise e/ou enquadramento dos pedidos de financiamento e gerir os recursos vinculados ao FEHIDRO, inclusive os oriundos da cobrança pelo uso da água.
- c) A gestão financeira do FEHIDRO é de responsabilidade exclusiva do Conselho de Orientação, cabendo ao agente financeiro, unicamente, registrar os dados das operações.

d) A análise técnico-financeira dos pedidos de financiamento deve ser feita pela Secretaria de Fazenda, independente de parecer dos agentes técnicos vinculados ao FEHIDRO.

e) A celebração e gestão de contratos por empreendimentos financiados pelo FEHIDRO deve ser executada pela Secretaria Executiva, sem participação formal do agente financeiro.

53. Durante a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em determinada bacia hidrográfica, surgiu questionamento sobre quem detém competência para deliberar sobre a aplicação dos valores arrecadados, respeitados os instrumentos de planejamento existentes. À luz da Lei n.º 12.183/2005, marque a alternativa que melhor dispõe sobre a pauta levantada.

a) A destinação dos recursos arrecadados é definida diretamente pelo órgão gestor estadual, sem necessidade de deliberação colegiada.

b) A aplicação dos valores provenientes da cobrança depende de autorização legislativa específica para cada exercício financeiro.

c) A escolha dos projetos financiados ocorre por decisão exclusiva do Poder Executivo Estadual, independente da bacia de origem.

d) A utilização dos recursos arrecadados está condicionada apenas à existência de saldo financeiro, sem vinculação a planejamento prévio.

e) A definição da aplicação dos recursos arrecadados cabe ao Comitê de Bacia Hidrográfica, observadas as diretrizes dos planos de recursos hídricos.

54. Uma concessionária de serviços de saneamento apresenta ao DAEE documentação para obter um benefício sobre a cobrança pelo uso da água, com base na regulamentação estadual aplicável. À luz do regramento jurídico incidente, determine a alternativa que melhor explica, segundo a legislação vigente, as condições para a concessão do benefício mencionado.

a) Para obter o desconto de 50% sobre o valor total da cobrança, os usuários operadores de serviços de saneamento devem comprovar investimentos no exercício anterior, na respectiva bacia, em atividades compatíveis com prioridades dos planos de bacia e com percentual mínimo de aplicações próprio.

b) O benefício de 50% de desconto não se aplica a investimentos em saneamento, devendo ser limitado a investimentos em infraestrutura hídrica pública.

c) O desconto é obtido mediante aprovação do Comitê de Bacia, sem necessidade de comprovação de investimentos no exercício anterior.

d) O desconto de 50% é automático para todos os usuários de serviços de saneamento, independente de comprovação documental ou de realização de investimentos.

e) A lei confere desconto superior a 50% para investimentos em projetos ambientais de recuperação de nascentes, sem relação com o saneamento básico.

55. Um gerente de projetos ambientais precisa recomendar as destinações compatíveis com a classe de qualidade de um rio perenizado, cuja água doce foi classificada de acordo com a Resolução CONAMA n.º 357/2005. Para resolver a problemática apresentada, assinale a alternativa que melhor descreve usos permitidos para águas doces enquadradas na classe 2.

a) As águas de classe 2 podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano após tratamento convencional, proteção das comunidades aquáticas, recreação de

contato primário, irrigação de hortaliças e frutíferas, aquicultura e pesca.

b) As águas de classe 2 destinam-se, exclusivamente, à navegação, harmonia paisagística e proteção das comunidades aquáticas sem possibilidade de uso para abastecimento humano.

c) As águas de classe 2 apenas não podem ser utilizadas para aquicultura ou pesca de qualquer natureza.

d) As águas de classe 2 são destinadas apenas à irrigação de culturas arbóreas e forrageiras, sem uso recreativo ou de abastecimento humano.

e) As águas de classe 2 permitem apenas uso industrial, aquicultura e pesca, sem possibilidade de uso humano ou recreativo.

56. Um grupo de trabalho de um município está preparando um projeto que envolve o aproveitamento de água de reuso e precisa identificar, corretamente, a modalidade de utilização direta, conforme definido pela Deliberação CRH n.º 266/2022. Para enfrentar essa questão, identifique a alternativa que melhor apresenta o conceito de reuso direto, segundo o art. 2º da Deliberação.

a) Reuso direto é o uso de água de reuso apenas para fins agrícolas e de irrigação, sem definição quanto a lançamento ou diluição.

b) Reuso direto é o uso planejado de água de reuso conduzida ao local da utilização sem lançamento ou diluição prévia em corpos d'água superficiais ou subterrâneos.

c) Reuso direto é o uso de água de reuso após diluição em reservatórios superficiais antes de utilização.

d) Reuso direto é qualquer reutilização de água industrial sem necessidade de tratamento adicional.

e) Reuso direto somente ocorre quando a água de reuso é utilizada por terceiros, fora do local de origem da estação de tratamento.

AGRICULTURA.

57. A criação de uma política nacional específica para a agricultura familiar teve como um de seus principais fundamentos o reconhecimento da importância socioeconômica desse setor. Nesse contexto, a legislação busca viabilizar o acesso a instrumentos de apoio, considerando a relevância do segmento para:

a) A pauta de exportação de commodities agrícolas e o equilíbrio da balança comercial do país.

b) A substituição completa da produção do agronegócio patronal no mercado interno.

c) A concentração de terras produtivas e a especialização em monoculturas de larga escala.

d) A isenção total de tributos federais para todos os produtos originários do meio rural.

e) A segurança alimentar nacional, a geração de emprego no campo e a diversificação da produção rural.

58. Com base ao estabelecido nas normas do Cadastro Nacional de Agricultura Familiar, (CAF), como é definida a Unidade Familiar de Produção Agrária, (UFPA)?

a) Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

- b) Terras tradicionalmente habitadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- c) Forma de organização cooperativa de produção agrícola, onde diversas famílias unem seus recursos e força de trabalho para produzirem bens, com o objetivo de atender o mercado externo.
- d) Conjuntos de unidades agrícolas distribuídas em lote, que deve ser explorado pela família beneficiada.
- e) Conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele.

59. Quais desses objetivos não fazem parte da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, (PEAPO), do Estado de São Paulo?

- a) Criar programas de Educação Agroecológica e de formação continuada para as pessoas da ATER, da educação, da agricultura familiar, de assentamentos rurais, de povos e comunidades tradicionais, juventude rural e mulheres agricultoras.
- b) Incentivar a agroindustrialização artesanal, o processamento mínimo, o artesanato, o turismo agroecológico, a economia solidária, colaborativa e criativa, o comércio justo e solidário com vistas à geração e à diversificação de renda.
- c) Promover a soberania alimentar garantindo o direito do povo de decidir de forma autônoma seu sistema de produção agroecológica.
- d) Criar e efetivar instrumentos regulatórios, fiscais, creditícios, de incentivo e de pagamento por serviços ambientais para proteção, valorização das práticas de uso, conservação da agrobiodiversidade para apoiar a transição agroecológica e a produção orgânica.
- e) A preservação e a melhoria da qualidade do meio ambiente, da saúde pública e a recuperação das áreas degradadas por resíduos sólidos.

60. Tendo em vista a regularização de imóveis rurais que possuem áreas consolidadas, assinale a alternativa que indique, corretamente, um meio de prova admitido para a comprovação da área consolidada.

- a) Apenas fotografias aéreas ou imagens de satélite da propriedade.
- b) Exclusivamente a apresentação de títulos de domínio do Imóvel com data anterior a 2008.
- c) Autodeclaração registrada em cartório, que dispensa a apresentação de qualquer outro comprovante.
- d) Documentos como registros de comercialização, dados agropecuários da atividade, em contratos ou outros meios de prova em direito admitidos.
- e) Declaração unilateral do proprietário, sem a necessidade de qualquer outro documento corroborativo.

61. Em relação ao processo de regularização ambiental de imóveis rurais no Estado de São Paulo, assinale a alternativa que defina, corretamente, o conceito de área consolidada.

- a) Áreas com uso alternativo do solo, ocupadas por atividades agrossilvipastoris,

ecoturismo ou silvicultura, existentes até 22 de julho de 2008, admitindo-se a existência de edificações, benfeitorias ou culturas.

b) Áreas de preservação permanente que sofreram intervenção antes de 22 de julho de 2008, que podem ser mantidas com uso restrito desde que submetidas a termo de compromisso.

c) Áreas de reserva legal degradadas que necessitam de recuperação integral, independentemente da data da intervenção.

d) Áreas de vocação florestal que foram convertidas para agricultura após 2012, sujeitas à autuação imediata e reconversão obrigatória.

e) Áreas de interesse social onde houve supressão de vegetação nativa após 2008, passíveis de regularização mediante compensação ambiental.

62. Qual das alternativas melhor descreve o arranjo denominado Associação da Agricultura Familiar?

a) Aquela que comprove que o quadro de cooperados é constituído por, no mínimo, cinquenta por cento de agricultores familiares com inscrição ativa no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, (CAF).

b) Aquela que comprove a totalidade das pessoas jurídicas associadas com inscrição ativa no CAF e, no caso de pessoas físicas associadas, que comprove que o quadro é constituído por mais da metade de agricultores familiares com inscrição ativa no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, (CAF).

c) Aquela em que mais da metade dos votos na assembleia geral pertence a agricultores familiares com inscrição ativa no CAF.

d) Aquela que comprove que a soma dos agricultores familiares com inscrição ativa no CAF, constitua mais de cinquenta por cento do quantitativo de cooperados pessoas físicas de cooperativas singulares.

e) Aquela em que, no mínimo, 30% dos cooperados são agricultores familiares com inscrição ativa no CAF.

63. Considere-se as regras específicas para a compensação de Reserva Legal, em áreas localizadas fora do Estado de São Paulo. De acordo com essas regras, tal compensação está condicionada, entre outros, ao seguinte requisito:

a) A compensação depende apenas de um acordo entre os proprietários dos imóveis, sem necessidade de intervenção ou convênio entre os entes federativos.

b) A área destinada à compensação deve estar inserida em zonas identificadas como prioritárias pela União, ou pelo respectivo Estado onde se localiza.

c) A área a ser compensada deve estar, obrigatoriamente, em um estado que compense reciprocamente áreas de Reserva Legal em Território Paulista.

d) A área compensada deve ser, no mínimo, 20% maior que a área de déficit de Reserva Legal no imóvel de origem.

e) É exigido que a área esteja localizada em um bioma diferente, preferencialmente, no Cerrado ou na Mata Atlântica de outros estados.

64. De acordo com as disposições do Programa Agro Legal, a regularização da reserva legal do imóvel rural, que aderiu ao programa, deverá ser implementada por meio de qual destes instrumentos?

a) Certificado de Cadastro de Reserva Legal, (CCRL), emitido por instituição financeira credenciada.

- b) Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas, (PRADA), a ser aprovado pelo órgão ambiental federal.
- c) Termo de Ajustamento de Conduta, (TAC), ambiental firmado diretamente entre o proprietário e o Ministério Público.
- d) Licença de Operação Corretiva, (LOC), concedida pela autoridade municipal de meio ambiente.
- e) Plano de Regularização Ambiental, (PRA), aprovado pelo órgão competente do Estado de São Paulo.

RASCUNHO.